



# CADERNO DE PROVA

## CURSO DE CIÊNCIAS POLICIAIS E GESTÃO PRISIONAL – CPGP

### LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES A SEGUIR:

Prezado(a) Policial,

- Este caderno de prova contém 45 questões numeradas de 01 a 45;
- O tempo disponível para resolução da prova será de 03 horas;
- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 4 opções. Apenas uma responde corretamente à questão;
- Reserve tempo suficiente para preencher o cartão de respostas ACADEPPEN, que deverá ser entregue ao final da prova;
- No cartão de respostas ACADEPPEN deverá ser marcado apenas UMA questão, sendo desconsiderada a respostas que apresentar rasuras ou dupla marcação;
- O aluno poderá sair com o caderno de prova após 30 minutos, contados do início da realização da prova.
- O aluno que sair da sala com o caderno de prova, não poderá utilizar os banheiros e bebedouros situados nas mediações do local de aplicação da prova, devendo se dirigir às dependências externas da ACADEPPEN.
- O aluno, ao finalizar a prova deverá entregar o cartão de resposta ao fiscal de sala.
- O Celular deverá ser desligado e colocado no suporte localizado abaixo da carteira.
- Será eliminado do processo seletivo o candidato que for flagrado manuseando celular durante o período de prova, sob qualquer pretexto.
- Caso o aparelho telefônico toque durante o período de realização da prova o candidato será eliminado do processo seletivo.
- Os banheiros só podem ser utilizados por 1 (um) candidato por sala, e será acompanhado por fiscal/monitor de sala.

**BOA PROVA!**

## **1. Nos termos da Lei 7.210/84, a execução penal tem por objetivo:**

a) estabelecer exclusivamente normas administrativas para o funcionamento dos estabelecimentos penais, sem relação direta com a sentença criminal.

b) efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

c) disciplinar apenas a execução das penas restritivas de direitos, excluindo os condenados a penas privativas de liberdade.

d) substituir a atuação do Poder Judiciário pela administração penitenciária durante toda a fase de cumprimento da pena.

## **2. Nos termos da Lei de Execução Penal, a assistência ao preso compreende:**

a) Assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa.

b) Apenas assistência material e jurídica.

c) Assistência exclusivamente médica e psicológica.

d) Assistência jurídica e social apenas.

## **3. No que se refere ao trabalho do preso, conforme a Lei de Execução Penal, assinale a alternativa correta.**

a) O trabalho do condenado à pena privativa de liberdade é facultativo, enquanto o trabalho do preso provisório é obrigatório.

b) O condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade; para o preso provisório, o trabalho não é obrigatório e somente poderá ser executado no interior do estabelecimento.

c) O trabalho do preso está integralmente sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, inclusive quanto ao vínculo empregatício.

d) O trabalho do preso possui finalidade exclusivamente produtiva, sendo vedada a atribuição de finalidade educativa.

## **4. À luz da disciplina das faltas disciplinares graves na Lei de Execução Penal, assinale a alternativa que apresenta hipótese expressamente prevista como falta grave do condenado à pena privativa de liberdade.**

a) Deixar de conservar objeto de uso pessoal, independentemente de reincidência ou advertência prévia.

b) Solicitar ocupação adequada à idade, quando maior de sessenta anos.

c) Requerer entrevista pessoal e reservada com advogado, sem prévia autorização do diretor do estabelecimento.

d) Fugir ou possuir, indevidamente, instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem.

## **5. A respeito da progressão de regime da mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência, nos termos da Lei de Execução Penal, assinale a alternativa correta.**

a) A progressão exige, cumulativamente, entre outros requisitos, que a condenada não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa, não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente, tenha cumprido ao menos um oitavo da pena no regime anterior, seja primária e tenha bom comportamento carcerário, além de não ter integrado organização criminosa.

b) A progressão depende exclusivamente do cumprimento de metade da pena, sendo

irrelevantes a primariedade e o comportamento carcerário.

c) A progressão é automática para qualquer condenada gestante, ainda que tenha cometido crime com violência ou grave ameaça contra pessoa.

d) A progressão será mantida mesmo diante do cometimento de novo crime doloso ou falta grave durante a execução da pena.

**6. Considerando as regras da Lei de Execução Penal sobre saída temporária e monitoração eletrônica, assinale a alternativa correta.**

a) A saída temporária de condenados em regime semiaberto é cabível para visita à família, independentemente de autorização judicial e de manifestação do Ministério Público.

b) A autorização para saída temporária será concedida pelo diretor do estabelecimento prisional e independe de comportamento adequado do condenado.

c) Não terá direito à saída temporária de que trata o caput do art. 122, nem a trabalho externo sem vigilância direta, o condenado que cumpre pena por praticar crime hediondo ou com violência ou grave ameaça contra pessoa.

d) A ausência de vigilância direta impede, em qualquer hipótese, a utilização de equipamento de monitoração eletrônica pelo condenado.

**7. Nos termos da Lei nº 9.455/1997, constitui crime de tortura constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, quando a conduta for praticada:**

a) apenas para aplicar sanção disciplinar prevista expressamente em lei.

b) exclusivamente para impedir a prática de infração administrativa sem repercussão penal.

c) somente quando houver resultado morte ou lesão corporal de natureza gravíssima.

d) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa.

**8. Assinale a alternativa que corresponde corretamente à hipótese de tortura prevista no art. 1º, inciso II, da Lei nº 9.455/1997.**

a) Submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

b) Constranger alguém, sem violência ou grave ameaça, a prestar depoimento em procedimento administrativo disciplinar.

c) Omitir comunicação de crime comum, ainda que o omitente não possua dever legal de evitá-lo ou apurá-lo.

d) Submeter pessoa presa a sofrimento físico ou mental sempre que a conduta resultar de medida legal expressamente autorizada.

**9. De acordo com a Lei nº 9.455/1997, aquele que se omite diante das condutas configuradoras de tortura, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de:**

a) reclusão, de dois a oito anos.

b) detenção, de um a quatro anos.

c) reclusão, de quatro a dez anos.

d) reclusão, de oito a dezesseis anos.

d) Atua sob coação moral irresistível.

**10. Com base na Lei nº 9.455/1997, assinale a alternativa correta acerca das consequências penais e administrativas da condenação por crime de tortura.**

a) A condenação somente acarretará perda do cargo, função ou emprego público se houver decisão administrativa autônoma posterior.

b) A condenação por crime de tortura é sempre afiançável, desde que o agente seja primário e tenha bons antecedentes.

c) O crime de tortura admite graça ou anistia quando praticado sem resultado lesão grave, gravíssima ou morte.

d) A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

**11. À luz da Lei nº 9.455/1997, assinale a alternativa correta sobre causas de aumento de pena, regime inicial de cumprimento e aplicação da lei fora do território nacional.**

a) A pena aumenta-se de metade até dois terços se o crime for cometido por agente público, e a lei não se aplica a fatos cometidos fora do território nacional.

b) A pena aumenta-se de um sexto até um terço se o crime for cometido por agente público, contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 anos, ou mediante sequestro; além disso, a lei aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.

c) O condenado por qualquer hipótese prevista na Lei nº 9.455/1997, inclusive a omissão do § 2º, iniciará obrigatoriamente o cumprimento da pena em regime fechado.

d) A aplicação da Lei nº 9.455/1997 fora do território nacional depende cumulativamente de a vítima ser brasileira e de o agente encontrar-se em local sob jurisdição brasileira.

**12. Nos termos do Decreto nº 678/1992, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, celebrada em São José da Costa Rica em 22 de novembro de 1969, deverá ser:**

a) aplicada apenas como recomendação diplomática, sem obrigatoriedade de cumprimento interno.

b) cumprida tão inteiramente como nela se contém.

c) observada somente após nova aprovação legislativa estadual.

d) aplicada exclusivamente aos fatos ocorridos antes da adesão brasileira.

**13. De acordo com o art. 5º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, assinale a alternativa correta acerca do direito à integridade pessoal.**

a) A pessoa privada de liberdade pode ser submetida a tratamento degradante quando houver interesse disciplinar da administração.

b) A pena pode passar da pessoa do delinquente quando houver condenação por crime grave.

c) Toda pessoa tem direito ao respeito de sua integridade física, psíquica e moral, e ninguém deve ser submetido a torturas, penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

d) As penas privativas de liberdade têm por finalidade essencial a punição exemplar, sem referência à reforma ou readaptação social do condenado.

**14. À luz do art. 7º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, assinale a alternativa correta sobre o direito à liberdade pessoal.**

a) Toda pessoa privada da liberdade tem direito a recorrer a juiz ou tribunal competente para que decida, sem demora, sobre a legalidade de sua prisão ou detenção, podendo o recurso ser interposto pela própria pessoa ou por outra pessoa.

b) A Convenção admite detenção arbitrária quando decretada por autoridade administrativa, ainda que ausente previsão legal.

c) A pessoa detida somente deverá ser informada das razões da detenção após a sentença final.

d) A vedação à detenção por dívida impede, sem exceção, mandados de autoridade judiciária competente decorrentes de inadimplemento de obrigação alimentar.

**15. Com base nos arts. 8º e 27 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, promulgada pelo Decreto nº 678/92, assinale a alternativa correta:**

a) A confissão do acusado é válida ainda que feita mediante coação, desde que posteriormente confirmada perante autoridade policial.

b) O acusado absolvido por sentença passada em julgado poderá ser submetido a novo processo pelos mesmos fatos quando houver conveniência estatal.

c) A suspensão de garantias, em caso de guerra, perigo público ou emergência, autoriza a suspensão de todos os direitos reconhecidos na Convenção, inclusive o direito à vida e à integridade pessoal.

d) Toda pessoa acusada de delito tem direito à presunção de inocência enquanto não se comprove legalmente sua culpa, e a suspensão de garantias não autoriza a suspensão, entre outros, do direito à vida e do direito à integridade pessoal.

**16. Considerando o Decreto nº 98.386/1989 e o art. 1º da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, assinale a alternativa correta quanto ao conteúdo normativo incorporado pelo referido Decreto.**

a) O Decreto promulga a Convenção, determinando que ela seja executada e cumprida integralmente, e a Convenção estabelece a obrigação dos Estados Partes de prevenir e punir a tortura, nos termos nela previstos.

b) O Decreto condiciona a aplicação da Convenção à edição de lei complementar posterior, e a Convenção limita-se a recomendar medidas administrativas sem impor obrigação de punição.

c) O Decreto restringe a execução da Convenção aos casos submetidos a organismos internacionais, e a Convenção atribui exclusivamente à Organização dos Estados Americanos a prevenção da tortura.

d) O Decreto prevê que a Convenção terá aplicação apenas consultiva, e a Convenção permite que cada Estado Parte decida livremente se prevenirá ou punirá atos de tortura.

**17. Para os efeitos da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, promulgada pelo Decreto nº 98.386/1989, assinale a alternativa correta acerca do conceito de tortura:**

a) A tortura exige necessariamente a produção de dor física intensa, não abrangendo métodos que apenas diminuam a capacidade mental da vítima.

b) todo ato pelo qual são infligidos intencionalmente a uma pessoa penas ou sofrimentos físicos ou mentais, com fins de investigação criminal, como meio de intimidação, como castigo pessoal, como medida preventiva, como pena ou com qualquer outro fim. Entender-se-á também como tortura a aplicação, sobre uma pessoa, de métodos tendentes a anular a personalidade da vítima, ou a diminuir sua capacidade física ou mental, embora não causem dor física ou angústia psíquica.

c) As penas e sofrimentos físicos ou mentais que sejam consequência de medidas legais sempre configuram tortura, ainda que não envolvam os atos ou métodos proibidos pela Convenção.

d) A Convenção restringe o conceito de tortura aos atos praticados exclusivamente durante interrogatório policial formal.

**18. Com base nos arts. 3º, 4º e 5º da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, promulgada pelo Decreto nº 98.386/1989, assinale a alternativa correta quanto à responsabilidade pelo delito de tortura e às hipóteses de justificativa.**

a) O funcionário público que, podendo impedir a tortura, não o faça, não responde pelo delito, pois a Convenção responsabiliza apenas quem executa diretamente o ato.

b) A ordem superior exclui a responsabilidade penal quando o agente atua como empregado ou funcionário público.

c) Nem a existência de estado de guerra, ameaça de guerra, estado de sítio ou emergência, nem a periculosidade do detido ou condenado, nem a insegurança do estabelecimento carcerário ou penitenciário podem justificar a tortura.

d) A Convenção admite a tortura como medida preventiva quando houver instabilidade política interna ou conflito interno.

**19. À luz dos arts. 8º e 10 da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, promulgada pelo Decreto nº 98.386/1989, assinale a alternativa correta sobre denúncia, investigação e uso de declarações obtidas mediante tortura.**

a) A pessoa que denunciar haver sido submetida a tortura tem direito a que o caso seja examinado de maneira imparcial, e, havendo denúncia ou razão fundada, as autoridades devem proceder de ofício e imediatamente à investigação.

b) A investigação de ato de tortura somente poderá ser iniciada mediante representação formal da vítima e autorização prévia de autoridade judicial internacional.

c) A declaração obtida mediante tortura poderá ser admitida como prova em qualquer processo, desde que confirmada posteriormente por testemunhas.

d) Após o esgotamento dos recursos internos, a Convenção veda a submissão do caso a instâncias internacionais, ainda que o Estado tenha aceitado sua competência.

**20. Para os fins da Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, promulgada pelo Decreto nº 40/1991,**

**assinale a alternativa correta acerca do conceito convencional de tortura.**

a) O conceito de tortura abrange dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, infligidos intencionalmente para obtenção de informações ou confissões, castigo, intimidação, coação ou motivo discriminatório, quando praticados por funcionário público, pessoa no exercício de funções públicas, ou por sua instigação, consentimento ou aquiescência.

b) O conceito de tortura abrange qualquer dor decorrente de sanção legítima, ainda que seja unicamente consequência dessa sanção ou inerente a ela.

c) A Convenção limita a tortura aos atos que produzam sofrimento físico, excluindo expressamente sofrimentos mentais ou psicológicos.

d) A tortura somente se caracteriza quando praticada diretamente por autoridade judicial, não abrangendo atos praticados por instigação ou aquiescência de funcionário público.

**21. De acordo com o art. 2º da Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, promulgada pelo Decreto nº 40/1991, assinale a alternativa correta quanto às obrigações dos Estados Partes e às hipóteses de justificação da tortura.**

a) Circunstâncias excepcionais, como ameaça ou estado de guerra, instabilidade política interna ou emergência pública, podem justificar a tortura quando autorizadas por autoridade competente.

b) A ordem de funcionário superior ou de autoridade pública pode ser invocada como justificativa para a tortura quando o agente atua em estrutura hierárquica regular.

c) Cada Estado Parte deve tomar medidas eficazes de caráter legislativo, administrativo, judicial ou de outra natureza para impedir atos de tortura em qualquer território sob sua jurisdição, sendo vedada a invocação de

circunstâncias excepcionais ou de ordem superior como justificativa.

d) A Convenção impõe aos Estados Partes apenas o dever de punir atos de tortura já consumados, sem exigir medidas preventivas de caráter legislativo, administrativo ou judicial.

**22. Com base nos arts. 3º, 5º, 7º e 8º da Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, promulgada pelo Decreto nº 40/1991, assinale a alternativa correta sobre extradição, jurisdição e persecução penal.**

a) O Estado Parte poderá expulsar, devolver ou extraditar pessoa para outro Estado mesmo quando houver razões substanciais para crer que ela corre perigo de ser submetida à tortura, desde que o crime investigado seja grave.

b) O Estado Parte deve estabelecer jurisdição, entre outras hipóteses, quando o crime for cometido em território sob sua jurisdição, quando o suposto autor for seu nacional ou, se considerar apropriado, quando a vítima for sua nacional; além disso, se o suposto autor estiver em território sob sua jurisdição e não for extraditado, o caso deverá ser submetido às autoridades competentes para fins de processamento.

c) Os crimes de tortura somente serão extraditáveis quando houver tratado bilateral específico entre os Estados envolvidos, não podendo a Convenção ser considerada base legal para extradição.

d) A Convenção exclui qualquer jurisdição criminal prevista no direito interno dos Estados Partes, substituindo-a integralmente por regras internacionais de competência.

**23. À luz dos arts. 10 a 16 da Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, promulgada pelo Decreto nº 40/1991, assinale a alternativa correta quanto às medidas de prevenção, investigação, reparação e uso de provas relacionadas à tortura e a outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes.**

a) O ensino e a informação sobre a proibição da tortura devem ser incorporados apenas ao treinamento de agentes policiais, não alcançando pessoal médico, funcionários públicos ou pessoas que participem da custódia, interrogatório ou tratamento de presos.

b) A investigação imparcial depende sempre de queixa formal da vítima, pois a Convenção não prevê atuação imediata das autoridades quando houver motivos razoáveis para crer que houve tortura.

c) Declarações prestadas como resultado de tortura podem ser invocadas como prova em qualquer processo, desde que o juiz reconheça sua utilidade para a apuração da verdade.

d) Os Estados Partes devem incorporar a proibição da tortura no treinamento de pessoas envolvidas na aplicação da lei e na custódia de pessoas privadas de liberdade, manter sob exame normas e práticas de interrogatório e custódia, assegurar investigação imparcial, garantir direito de queixa com proteção do queixoso e testemunhas, assegurar reparação à vítima e impedir que declarações obtidas por tortura sejam usadas como prova, salvo contra pessoa acusada de tortura para demonstrar que a declaração foi prestada.

**24. À luz dos princípios básicos das Regras de Mandela, assinale a alternativa correta.**

a) O sistema prisional pode agravar o sofrimento inerente à privação de liberdade sempre que isso favorecer a disciplina interna, ainda que sem justificativa específica.

b) A aplicação imparcial das Regras de Mandela impede qualquer medida diferenciada em favor de presos em situação de maior vulnerabilidade, pois toda distinção constitui discriminação.

c) O tratamento de presos deve respeitar sua dignidade inerente, vedar tortura e tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, e orientar o encarceramento à reintegração social e à redução da reincidência.

d) A finalidade prioritária da pena privativa de liberdade é a retribuição moral do delito, razão pela qual educação, trabalho e assistência constituem medidas facultativas e estranhas aos objetivos do encarceramento.

**25. Considerando conjuntamente as Regras de Mandela sobre restrições, disciplina, sanções e confinamento solitário, assinale a alternativa correta.**

a) O confinamento solitário prolongado é admitido como medida disciplinar ordinária, desde que autorizado pela administração prisional e aplicado por período superior a 15 dias consecutivos.

b) O confinamento solitário, para os fins das Regras de Mandela, corresponde ao confinamento do preso por 22 horas ou mais por dia, sem contato humano significativo, e seu uso deve ser excepcional, pelo menor prazo possível, sujeito a revisão independente e autorizado por autoridade competente.

c) A redução da dieta ou da água potável do preso pode ser utilizada como sanção disciplinar excepcional, desde que proporcional à infração e registrada formalmente pela administração prisional.

d) O contato familiar pode ser proibido como sanção disciplinar autônoma, sem limitação temporal, quando a infração disciplinar comprometer a ordem interna da unidade prisional.

**26. À luz das Regras de Bangkok, especialmente quanto ao ingresso de mulheres no sistema prisional e à proteção de crianças vinculadas a mulheres presas, assinale a alternativa correta.**

a) No momento do ingresso, a administração prisional deve registrar apenas os dados pessoais da mulher presa, sendo vedado qualquer registro referente a filhos/as, ainda que a informação seja necessária para proteger o melhor interesse da criança.

b) Mulheres estrangeiras recém-ingressas devem receber informações sobre o regime prisional, mas o acesso a representantes

consulares somente deve ocorrer após a condenação definitiva.

c) A atenção adequada aos procedimentos de ingresso deve considerar a especial vulnerabilidade de mulheres e crianças, garantindo às recém-ingressas condições para contato com parentes, acesso à assistência jurídica, informações compreensíveis sobre regras e onde buscar ajuda, bem como, no caso de estrangeiras, acesso a representantes consulares; além disso, mulheres responsáveis pela guarda de crianças devem poder tomar providências em relação a elas, levando-se em conta o melhor interesse da criança.

d) As informações relativas à identidade dos/as filhos/as de mulheres presas podem ser utilizadas livremente para fins administrativos internos, independentemente de confidencialidade, desde que registradas no momento do ingresso.

**27. Considerando exclusivamente as Regras de Bangkok relativas às medidas não privativas de liberdade, à resposta penal sensível ao gênero e à situação de mulheres gestantes ou com filhos/as dependentes, assinale a alternativa correta.**

a) As Regras de Bangkok estabelecem que os programas voltados às mulheres infratoras devem restringir-se à capacitação profissional posterior à condenação, sem combinar medidas não privativas de liberdade com intervenções terapêuticas, tratamento de saúde mental ou atenção às crianças.

b) As Regras de Bangkok determinam que sejam disponibilizados recursos suficientes para elaborar opções adequadas às mulheres infratoras, combinando medidas não privativas de liberdade com intervenções voltadas a problemas comuns que as levam ao sistema de justiça criminal; admitem, ainda, a consideração das responsabilidades de cuidado e do contexto característico na condenação, o aprimoramento de serviços comunitários sensíveis ao gênero para tratamento do consumo de drogas, a consideração favorável dessas

responsabilidades no livramento condicional e a preferência por penas não privativas de liberdade para gestantes e mulheres com filhos/as dependentes sempre que possível e apropriado.

c) Segundo as Regras de Bangkok, as responsabilidades de cuidado das mulheres presas não devem ser consideradas em decisões de livramento condicional, pois a reintegração social deve ser avaliada sem referência à maternidade ou aos vínculos familiares.

d) Para mulheres gestantes e mulheres com filhos/as dependentes, as Regras de Bangkok impõem a pena de prisão como resposta preferencial, admitindo penas não privativas de liberdade apenas quando o delito for grave ou violento.

**28. Nos termos da Lei Complementar nº 1.061/2023, compete à Polícia Penal do Espírito Santo — PPES exercer atribuições relacionadas à segurança no âmbito do sistema penitenciário. Considerando as competências expressamente previstas no art. 6º da referida Lei Complementar, assinale a alternativa correta.**

a) Compete à PPES exercer, com exclusividade, a atividade de persecução penal judicial, promover a acusação criminal e substituir o Ministério Público nas ações penais relativas a crimes praticados no sistema penitenciário.

b) Compete à PPES zelar pela preservação da integridade física e moral da pessoa sob custódia estatal, realizar vigilância e custódia de presos, recapturar presos fugitivos na forma do regulamento e realizar transporte e escolta da pessoa sob custódia estatal.

c) Compete à PPES administrar diretamente o Poder Judiciário na execução penal, revisar sentenças condenatórias e conceder benefícios penais independentemente de decisão judicial.

d) Compete à PPES exercer a polícia ostensiva geral em todo o território estadual, inclusive em

vias públicas, de forma desvinculada do ambiente prisional e da execução penal.

**29. A Lei Complementar nº 1.061/2023 disciplina a nomeação e a investidura em cargos e funções de direção e chefia da estrutura organizacional da Polícia Penal do Espírito Santo. Com base no art. 8º e seus parágrafos, assinale a alternativa correta.**

a) O Diretor-Geral da Polícia Penal e o Diretor-Adjunto da Polícia Penal são nomeados pelo Secretário de Estado da Justiça, entre servidores de qualquer carreira da segurança pública, desde que possuam reputação ilibada.

b) Para investidura no cargo de Diretor-Geral da Polícia Penal, exige-se do policial penal estabilidade no serviço público e efetivo exercício no cargo por, no mínimo, 10 anos, sendo dispensável a indicação do titular da SEJUS.

c) Para os cargos e funções de direção e chefia, exige-se idoneidade moral e reputação ilibada, sendo vedada a nomeação do policial penal que, nos últimos 3 anos, tiver penalidade administrativa em seu desfavor, em decisão irrecorrível.

d) A vedação à nomeação para cargos de direção e chefia aplica-se apenas ao policial penal que tiver condenação criminal transitada em julgado, não alcançando condenação cível por ato de improbidade administrativa nem afastamento preventivo recente.

**30. A Lei Complementar nº 1.061/2023 disciplina, em título próprio, a situação das Unidades Prisionais, bem como os requisitos para investidura em seus cargos comissionados e funções gratificadas. Considerando os arts. 36, 37 e 38 da referida Lei Complementar, assinale a alternativa correta.**

a) As Unidades Prisionais são vinculadas e subordinadas à Polícia Penal do Espírito Santo, cabendo à PPES a gestão e administração direta dos estabelecimentos prisionais, enquanto a SEJUS exerce apenas supervisão técnica.

b) Os cargos em comissão de Diretor e Diretor-Adjunto das Unidades Prisionais são diretamente vinculados e subordinados à SEJUS, mas podem ser ocupados por servidores de qualquer carreira pública estadual, desde que possuam estabilidade no serviço público.

c) Para investidura nos cargos comissionados e funções gratificadas das Unidades Prisionais, exige-se do policial penal estabilidade no serviço público e efetivo exercício mínimo de 6 anos para Diretor de Unidade, 5 anos para Diretor-Adjunto, 4 anos para Chefe de Segurança e 3 anos para Chefe de Equipe e demais funções gratificadas.

d) A Lei Complementar prevê que as funções gratificadas localizadas nas Unidades Prisionais podem ser exercidas por servidores temporários da SEJUS, desde que haja necessidade de serviço e autorização do Diretor-Geral da Polícia Penal.

**31. A Lei Complementar nº 1.061/2023 estabelece regras próprias para as Unidades Prisionais e disposições finais e transitórias relativas à estrutura da Polícia Penal. Com base nos arts. 36, 37, 38, 39 e 42, assinale a alternativa correta.**

a) As Unidades Prisionais são vinculadas à PPES, e os cargos comissionados de Diretor e Diretor-Adjunto das Unidades Prisionais podem ser ocupados por servidores de qualquer carreira pública estadual, desde que indicados pela autoridade competente.

b) Os cargos comissionados de Diretor e de Diretor-Adjunto e as funções gratificadas localizadas nas Unidades Prisionais são privativas de servidores de carreira da Polícia Penal; além disso, o art. 37 prevê requisito temporal específico de efetivo exercício para Diretor de Unidade, Diretor-Adjunto, Chefe de Segurança, Chefe de Equipe e demais funções gratificadas.

c) Durante os primeiros 4 anos de funcionamento da PPES, o art. 39 dispensa expressamente todos os requisitos de investidura previstos na Lei Complementar, inclusive idoneidade moral, reputação ilibada e

vedações por condenação criminal, improbidade administrativa, afastamento preventivo ou penalidade administrativa irrecorrível.

d) Os cargos de direção, chefia e funções gratificadas devem ser exercidos exclusivamente por servidores integrantes do quadro permanente da Polícia Penal, sem qualquer exceção para cargos de chefia vinculados à Diretoria de Gestão Administrativa.

**32. O art. 24 da Portaria nº 332-S/SEJUS enumera direitos básicos comuns do preso. Considerando esse dispositivo, assinale a alternativa que apresenta corretamente direito previsto no Regimento Padrão.**

a) Direito irrestrito de escolher cela, pavilhão e unidade prisional de destino, independentemente de avaliação administrativa e da possibilidade operacional da unidade.

b) Direito à assistência jurídica gratuita na execução da pena, nos termos da Lei de Execução Penal, bem como à entrevista reservada com seu advogado.

c) Direito de portar dinheiro, cheque, nota promissória ou qualquer título de crédito dentro da unidade prisional, desde que o valor tenha origem lícita.

d) Direito de receber visita íntima como modalidade comum de visita, sem dependência de registro, avaliação de conduta, comprovação de vínculo ou controle institucional.

**33. Nos termos do art. 28 da Portaria nº 332-S/SEJUS, são deveres dos presos diversas condutas voltadas à preservação da segurança, da disciplina e da regular execução da pena. Assinale a alternativa que corresponde corretamente a um dever previsto no Regimento Padrão.**

a) Submeter-se à revista pessoal, de sua cela e de seus pertences, a critério da administração.

b) Recusar-se ao cumprimento de atividades laborativas quando escalado, salvo se houver autorização expressa de outro preso responsável pelo setor.

c) Permanecer em locais não autorizados pela chefia da Divisão de Segurança e Disciplina, desde que não haja dano ao patrimônio público.

d) Negociar objetos de sua propriedade com outros presos, desde que não envolva bens pertencentes ao Estado.

**34. A Portaria nº 332-S/SEJUS trata das recompensas e regalias como instrumentos relacionados ao bom comportamento, à colaboração com a disciplina e à dedicação ao trabalho. À luz dos arts. 30 a 36, assinale a alternativa correta.**

a) As recompensas consistem apenas na remição de pena e na concessão de trabalho externo, sendo vedada a utilização de elogio ou regalias como forma de reconhecimento disciplinar.

b) O elogio é considerado recompensa quando houver prática de ato de excepcional relevância humanitária ou de interesse do bem comum, por portaria do diretor da unidade prisional; as regalias podem ser suspensas ou restringidas por cometimento de falta disciplinar de qualquer natureza ou por ato motivado da direção da unidade.

c) As regalias são concedidas exclusivamente aos presos dos regimes aberto e semiaberto, sendo vedada sua concessão aos presos em regime fechado, ainda que dentro da unidade prisional.

d) As visitas conjugais ou íntimas são direitos básicos comuns do preso e, por isso, não integram o rol de regalias nem podem ser suspensas por cometimento de falta disciplinar.

**35. A Portaria nº 332-S/SEJUS admite a adoção de medida cautelar de isolamento do preso em hipóteses específicas, mediante ato motivado do diretor da**

**unidade. Considerando o art. 54, assinale a alternativa correta.**

a) O diretor da unidade poderá determinar, por ato motivado, o isolamento cautelar do preso por período não superior a dez dias quando houver informações devidamente comprovadas de que ele estaria prestes a cometer infração disciplinar de natureza grave, quando houver ameaça à sua integridade física ou quando o próprio preso requerer o isolamento como medida de segurança pessoal.

b) O isolamento cautelar somente poderá ser determinado pelo Conselho Disciplinar, pelo prazo máximo de trinta dias, quando já houver decisão final em procedimento disciplinar por falta grave.

c) O isolamento a pedido do preso dispensa manifestação posterior de vontade, pois, uma vez deferido, permanece automaticamente válido enquanto a administração entender necessário.

d) Nos casos de isolamento cautelar não requerido pelo preso, a administração poderá aguardar o encerramento do procedimento disciplinar para adotar providências destinadas à garantia da ordem e da disciplina da unidade.

**36. A classificação das faltas disciplinares e a reabilitação da conduta são pontos centrais do Regimento Padrão. Considerando os arts. 47 a 53 e 68 a 74 da Portaria nº 332-S/SEJUS, assinale a alternativa correta.**

a) No regime fechado, a conduta será classificada como ótima quando, no prazo mínimo de um ano, o preso não tiver cometido infração disciplinar de natureza grave ou média; será boa quando, no prazo mínimo de seis meses, não tiver cometido infração grave ou média; e será má quando for cometida infração grave ou houver reincidência em infração média durante o período de reabilitação.

b) A falta disciplinar de natureza grave, no regime semiaberto, gera apenas prazo de reabilitação de sessenta dias, sem

possibilidade de proposta de regressão de regime.

c) A prática de nova falta disciplinar durante o período de reabilitação suspende temporariamente o prazo já cumprido, que volta a correr do ponto em que parou após o cumprimento da nova sanção.

d) A primariedade em falta disciplinar, os bons antecedentes prisionais e o ressarcimento dos danos materiais são circunstâncias agravantes, enquanto a reincidência e a prática de falta durante a reabilitação são atenuantes.

**37. Nos termos da Portaria nº 960-R, a Comissão Disciplinar deverá ser constituída em cada unidade prisional. Considerando sua atribuição, forma de deliberação e composição, assinale a alternativa correta.**

a) A Comissão Disciplinar é órgão regional, constituído apenas nos complexos penitenciários, e sua atribuição limita-se a emitir parecer consultivo, cabendo exclusivamente ao Secretário de Estado da Justiça aplicar isolamento disciplinar.

b) A Comissão Disciplinar é presidida pelo Chefe de Segurança, que vota em todos os julgamentos, inclusive quando não houver empate, cabendo ao Diretor da Unidade apenas executar a sanção aplicada.

c) O art. 1º determina que a Comissão Disciplinar seja constituída em cada unidade prisional e tenha como atribuição decidir sobre a aplicação da sanção de isolamento do preso em sua própria cela ou em local adequado por tempo não superior a 30 dias.

d) A Comissão Disciplinar poderá aplicar isolamento por prazo superior a 30 dias quando a falta for grave, desde que a decisão seja tomada por unanimidade e registrada em livro próprio.

**38. A Portaria nº 960-R disciplina a fase inicial do procedimento disciplinar, desde a comunicação da falta até a remessa das**

**peças aos membros da Comissão. À luz dos arts. 7º a 12, assinale a alternativa correta.**

a) O servidor que presenciar ou for cientificado de falta disciplinar deverá redigir comunicação em livro próprio, contendo, entre outros elementos, nome e matrícula, local e hora da ocorrência, rol de testemunhas e descrição minuciosa do fato; após a ciência da falta, o Diretor poderá determinar isolamento por ato motivado por período não superior a 10 dias, nos termos da Portaria nº 332-S.

b) O Termo de Declaração do interno poderá ser colhido antes da cientificação da acusação, desde que a Comissão Disciplinar assegure posterior oportunidade de defesa escrita ao defensor constituído ou dativo.

c) O Secretário da Comissão deverá colher o Termo de Declaração do interno no prazo de 10 dias úteis, prorrogável por igual período, e somente depois autuará as informações preexistentes.

d) Os pareceres dos membros da Comissão deverão ser emitidos em 5 dias contados da entrega das peças trasladadas, sendo vedada a contagem em dobro de prazo para manifestação da Defensoria Pública.

**39. Considerando as regras da Portaria nº 960-R sobre julgamento, providências posteriores, pedido de reconsideração, conclusão do procedimento e extinção da punibilidade, assinale a alternativa correta.**

a) Após a decisão final, o Secretário deverá, no prazo de até 5 dias, providenciar ciência ao preso e à defesa, registro em ficha disciplinar, encaminhamentos cabíveis e arquivamento em prontuário penitenciário; o pedido de reconsideração será dirigido ao Presidente da Comissão Disciplinar, com efeito suspensivo, quando surgirem fatos novos ou forem detectadas irregularidades no julgamento.

b) O comparecimento do Defensor Público ou advogado constituído no dia do julgamento é obrigatório, de modo que sua ausência impede a realização do julgamento, ainda que exista defesa escrita nos autos.

c) O procedimento disciplinar deverá ser concluído em 30 dias, prorrogável por mais 30 dias, e a punibilidade extingue-se em 90 dias para advertência verbal, 60 dias para apreensão e 45 dias nos demais casos.

d) Quando o fato disciplinar também configurar crime previsto em lei, a prescrição ocorrerá em 5 anos a partir da instauração do procedimento disciplinar, interrompendo-se pela lavratura da ata de julgamento.

**40. De acordo com as disposições gerais da Portaria nº 1.578-S, assinale a alternativa correta acerca da revista em visitantes para ingresso nos estabelecimentos penais vinculados à SEJUS/ES.**

a) A revista aos visitantes será, como regra, manual, podendo ser substituída por revista eletrônica somente quando houver fundada suspeita objetiva de porte de objeto ou substância proibidos.

b) A revista aos visitantes deverá ser realizada nas pessoas autorizadas a ingressar nos estabelecimentos penais, abrangendo também os objetos por elas portados; em regra, a revista será eletrônica, admitindo-se, excepcionalmente, revista manual e/ou uso de cães detectores treinados, sempre com preservação da integridade física, psicológica e moral da pessoa revistada.

c) A revista em crianças, incapazes e idosos poderá ser manual quando houver autorização do responsável legal, desde que realizada por servidor habilitado e em local reservado.

d) O uso de espelho, o agachamento e o desnudamento parcial são admitidos em caráter excepcional quando o visitante acionar repetidamente o detector de metais e não comprovar justificativa médica.

**41. Considerando as regras da Portaria nº 1.578-S sobre revista eletrônica, exceções e providências diante da detecção de material metálico, assinale a alternativa correta.**

a) Ao passar pelo pórtico detector de metais e acionar o equipamento, o visitante será

imediatamente impedido de ingressar na unidade, sem possibilidade de retirar objetos metálicos e submetê-los ao aparelho de raio-X.

b) A comprovação de marca-passo ou gestação avançada incumbe à administração penitenciária, que deverá consultar previamente prontuários médicos públicos antes de exigir a passagem do visitante pelo detector de metais.

c) Todos que pretendam ingressar no estabelecimento penal devem submeter-se à revista eletrônica, excetuados os portadores de marca-passo e as gestantes em estágio adiantado de gravidez; se, após a revista eletrônica, persistir a detecção de material metálico, será adotado o procedimento de revista manual, e o contato do visitante com o preso ocorrerá apenas por parlatório, com acompanhamento visual de servidores.

d) Na revista eletrônica, o servidor poderá tocar o revistando para localizar o ponto exato de acionamento do detector de metais, desde que o procedimento seja feito por servidor do mesmo sexo.

**42. À luz da Portaria nº 1.578-S, assinale a alternativa correta sobre revista manual, hipóteses de isenção, fundada suspeita e providências finais relacionadas ao ingresso de visitantes.**

a) A retirada de calçados, casacos, jaquetas e acessórios, quando solicitada durante revista manual, caracteriza desnudamento parcial e, por isso, é vedada pela Portaria nº 1.578-S.

b) Magistrados, membros do Ministério Público, Defensores Públicos e Advogados são isentos de qualquer modalidade de revista, inclusive eletrônica, sempre que ingressarem em estabelecimento penal, independentemente de estarem ou não no exercício de suas funções.

c) A revista manual poderá incluir apalpamento sobre as partes íntimas do visitante quando a suspeita for reconhecida como objetiva e houver autorização expressa do Diretor do estabelecimento penal.

d) A revista manual somente será realizada em caráter excepcional, por servidor habilitado do mesmo sexo do revistando, quando houver fundada suspeita objetiva de porte de objeto ou substância proibidos; caso o visitante se identifique como lésbica, gay, bissexual, travesti ou transexual, terá direito de optar pelo gênero do servidor que poderá revistá-lo, devendo a situação ser registrada por escrito e assinada pelo revistando.

**43. De acordo com a Portaria nº 19-R, assinale a alternativa correta sobre o cadastramento de visitantes para realização de visitação à pessoa presa.**

a) O cadastramento de visitantes residentes na Região Metropolitana da Grande Vitória poderá ser feito, indistintamente, no CECAVI ou no estabelecimento penal, conforme preferência da pessoa visitante.

b) Para realizar visitação à pessoa presa, é necessário cadastramento no banco de registro da SEJUS/ES, preferencialmente no CECAVI; para visitantes residentes na Região Metropolitana da Grande Vitória, o cadastramento via CECAVI é exclusivo, e somente poderá visitar quem estiver devidamente cadastrado no INFOPEN.

c) Pessoas amigas podem ser cadastradas para visitação social sem limitação numérica, desde que apresentem autorização da pessoa presa e comprovem vínculo por fotografias, redes sociais ou documentos similares.

d) O cadastramento de companheiro, cônjuge ou amigo prescinde de validação da pessoa presa, pois a análise da equipe psicossocial substitui a manifestação de anuência do custodiado.

**44. Considerando as regras da Portaria nº 19-R sobre visitação social, formas de realização, duração e limites, assinale a alternativa correta.**

a) As visitas sociais de contato físico são garantidas indistintamente a presos condenados e provisórios, com duração mínima de 20 minutos e máxima de 30

minutos, nos pátios dos estabelecimentos penais.

b) A visitação por videoconferência ou ligação assistida constitui modalidade ordinária de visitação social, podendo ocorrer semanalmente sempre que a pessoa presa possuir visitante pré-cadastrado ou cadastrado.

c) A visitação em parlatório é destinada prioritariamente às pessoas presas condenadas, com contato físico controlado e duração de uma hora, podendo substituir a visita íntima em caso de indisciplina.

d) As visitas sociais podem ocorrer por contato físico, videoconferência ou ligação telefônica assistida, ou parlatório; as visitas de contato são garantidas às pessoas presas condenadas, com duração mínima de 1 hora e máxima de 1 hora e 30 minutos, enquanto a videoconferência ou ligação assistida é excepcional, limitada a até 15 minutos e sujeita a intervalo não inferior a 3 meses.

**45. À luz da Portaria nº 19-R, assinale a alternativa correta acerca da visitação íntima, visitação assistida e medidas administrativas relacionadas à segurança e disciplina.**

a) A visitação íntima concedida às pessoas presas condenadas depende de ato discricionário da direção, cumprimento dos requisitos de credenciamento de companheiro ou cônjuge, capacidade estrutural e bom comportamento; já a visitação assistida será concedida com presença de profissional competente, duração máxima de 30 minutos, em dias úteis e período diurno, mediante autorização da direção.

b) A visitação íntima é direito automático da pessoa presa condenada, devendo ocorrer semanalmente no mesmo dia da visitação social, sem possibilidade de revogação por indisciplina da pessoa visitante.

c) A visitação conjugal por pessoa menor de 18 anos é absolutamente proibida, inclusive quando houver casamento ou união estável

formalizada em registro público entre pessoas de 16 a 18 anos.

d) A suspensão da visitação social não poderá exceder 60 dias, e o cancelamento do cadastro de visitante reincidente autoriza novo credenciamento imediato, desde que haja relatório favorável do setor psicossocial.

